

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**AS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE APLICADAS NO TERCEIRO SETOR:**  
Um estudo em uma entidade sem fins lucrativos na cidade de Patos-PB

**MÁRCIA JÉSSYCA BARBOSA FERREIRA**

**SOUSA/PB  
SETEMBRO 2013**

**MÁRCIA JÉSSYCA BARBOSA FERREIRA**

**AS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE APLICADAS NO TERCEIRO SETOR:**  
Um estudo em uma entidade sem fins lucrativos na cidade de Patos-PB

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> MSc Lúcia Silva Albuquerque

**SOUSA/PB**  
**SETEMBRO 2013**

**MÁRCIA JÉSSYCA BARBOSA FERREIRA**

**AS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE APLICADAS NO TERCEIRO SETOR:**  
Um estudo em uma entidade sem fins lucrativos na cidade de Patos-PB

Esta monografia foi dita como adequada para a apresentação no curso de Ciências Contábeis, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel, sendo aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> (Orientadora)

Prof.<sup>a</sup>. MSc - Membro externo

Prof. MSc. - Membro externo

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: As práticas de contabilidade aplicadas no terceiro setor: um estudo em uma entidade sem fins lucrativos na cidade de Patos-PB, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 06 de setembro de 2013.

**Márcia Jessyca Barbosa Ferreira**  
Orientanda

Dedico esta monografia as minhas tias  
Lourdes e Mira.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que me deu forças para seguir em frente com todas as dificuldades e empecilhos que apareceram meu caminho.

À minha família que está sempre ao meu lado me protegendo e me ajudando a alcançar todos os meus objetivos, por depositar em mim, confiança e dedicação no meu futuro.

A minha orientadora Lúcia Albuquerque por seu compromisso, dedicação e esforço à conclusão da minha monografia.

“O paradigma da caridade já se encontra definitivamente substituído pela cidadania. Mas não basta que o cidadão seja visto como credor dos direitos fundamentais apenas por observadores privilegiados. É imprescindível que o próprio destinatário das políticas públicas adquira consciência de suas prerrogativas diante do Estado e da própria sociedade. E que essa consciência se expresse pelo exercício”.

**(Leoberto Narciso Brancher)**

## RESUMO

O terceiro setor pode ser caracterizado como aquele organizado a partir de iniciativas da própria sociedade civil, no qual suas atividades visam o atendimento das necessidades coletivas e muitas vezes públicas. Surgiu com o intuito de ajudar ao Estado a suprir as necessidades sociais e promover bens e serviços de caráter público, sendo representado por associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, organizações não governamentais (ONG), fundações privadas, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo geral o de analisar as práticas de contabilidade aplicadas ao Terceiro Setor em uma determinada entidade sem fins lucrativos da Cidade de Patos, que trabalha com microcrédito e possui filiais na cidade de Sousa, Guarabira e Teixeira. Utilizando na metodologia uma pesquisa bibliográfica, descritiva e estudo de caso. A coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado junto a uma entidade que tem realiza suas atividades na cidade de Patos – PB. Verificando na análise dos resultados que a organização possui práticas contábeis que evidenciam as informações relacionadas com os seus recursos e como estão sendo aplicados. Assim, a entidade utiliza a contabilidade como ferramenta fundamental para a tomada de decisão, auxiliando ainda no processo de transparência desta entidade. Já que através da prestação de contas dos recursos que utilizam, a entidade consegue atender aos interesses dos financiadores e garantir o desenvolvimento de suas atividades por meio de projetos sociais. O gestor menciona que as demonstrações são elaboradas anualmente e, que não são auditados os seus Demonstrativos Contábeis. Quanto à prestação conta, está é baseada nas Demonstrações Contábeis, já que as mesmas são elaboradas conforme o potencial de cada doador. No entanto, torna-se necessário que essa organização publique seus demonstrativos contábeis para toda a sociedade, e só para os seus financiadores. No intuito de aumentar sua transparência e de conquistar novos agentes doadores. Pois só assim, conquistará uma maior credibilidade por parte da sociedade e dos demais órgãos financiadores interessados, garantindo assim, a continuidade de suas atividades.

**Palavras-chave:** Práticas Contábeis. Prestação de Contas. Terceiro Setor.



## ABSTRACT

The third sector can be characterized as one organized initiatives from civil society itself, in which its activities are aimed at meeting the needs collective and often public. Emerged in order to help the State to meet the social needs and promoting goods and services of a public nature. Being represented by associations, philanthropic organizations, charities and charitable, non-governmental organizations (ONG), Private foundations, social organizations and civil society organizations of public interest (OSCIP). In this sense, this research had as general objective to analyze the accounting practices applied to the Third Sector in a particular non-profit entity of the City of Patos, who works with microcredit and has branch offices in the city of Sousa, Guarabira and Teixeira. Using the methodology a bibliographic research, descriptive and case study. The collection of data was carried out by means of a questionnaire applied next to an entity that has carries out its activities in the city of Patos – PB. Checking in analyzing the results the organization has accounting practices that show the information related to their resources and how they are being applied. Thus, the entity uses accounting as a fundamental tool for decision making, further aiding in the process of transparency of this entity. Since through the accountability of resources they use, the entity can serve the interests of lenders and ensure the development of their activities through social projects. The manager mentions that the statements are prepared annually and are not audited their Statements Statements. Regarding the provision account, this is based on the financial statements, since these are prepared in accordance with the potential of each donor. However, it is necessary that this organization publishes its financial statements for the whole society, and only to their funders. In order to increase transparency and to gain new donors agents. Because That is the only way, you will earn a greater credibility on the part of society and of other bodies interested donors, thus ensuring the continuity of their activities.

**Keywords:** Accounting Practices; Accountability; Third Sector.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Origem dos recursos da Organizações do Terceiro Setor.....	42
Tabela 2- Prestação de Contas da Organização .....	43
Tabela 3- Exigência relacionada a Prestação de Contas .....	44
Tabela 4- Evidenciação dos Demonstrativos Contábeis.....	45
Tabela 5- Prestação das contas conforme os Demonstrativos Contábeis.....	46
Tabela 6- Demonstrativos utilizados na Captação de Recursos e sua Importância .....	47

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 Tema e Problemática .....	11
1.2 Objetivos .....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Justificativa.....	13
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	15
1.4.1 Classificação da Pesquisa .....	15
1.4.2 Universo da Pesquisa .....	17
1.4.3 Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados .....	17
1.4.4 Apresentação, Tratamento e Interpretação dos Dados .....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 O Surgimento e a Importância da Contabilidade .....	19
2.2 Breve Histórico sobre o Terceiro Setor.....	21
2.2.1 Fontes de Recursos.....	23
2.2.2 Classificação das Organizações do Terceiro Setor (OTS) .....	26
2.2.3 Categorias das Entidades sem Fins Lucrativos.....	28
2.2.4 Características do Terceiro Setor.....	30
2.3 A Contabilidade no Terceiro Setor.....	32
2.3.1 Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor.....	36
3 ANÁLISE DOS DADOS .....	41
3.1 Dados da Organização.....	41
3.2 Dados do Respondente.....	42
3.3 Informações Quanto a Prestação de Contas .....	43
3.4 Quanto aos Procedimentos Contábeis .....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS .....	52

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.2 Tema e Problemática

O terceiro setor pode ser caracterizado como aquele organizado a partir de iniciativas da própria sociedade civil, assumindo-se que é “[...] aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro [...]” (COELHO, 2002, p. 40). Portanto, suas atividades visam o atendimento das necessidades coletivas e muitas vezes públicas.

De acordo com Silva (2008) o Terceiro Setor surgiu no início da década de 90, sendo composto por organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que atuam na área social, e que se utilizam tanto de recursos públicos, quanto de recursos privados em benefício público. O autor ainda afirma que sua finalidade é a de suprir as lacunas deixadas pelo estado no âmbito social. Já que as organizações pertencentes a esse setor podem ser formadas como associações ou fundações, e não objetivam a obtenção de lucro monetário, utilizando-se de recursos públicos e privados para atender aos anseios da coletividade.

Essas organizações possuem aspectos particulares que as diferenciam das entidades dos demais setores, conforme Lisboa (2003, p. 254) algumas características do Terceiro Setor podem estar relacionadas com os seguintes aspectos, entre eles: as formais e institucionalizadas; privadas e independentes do governo; não distribuem lucros; se auto gerenciam; possuem um grau significativo de participação voluntária.

Assim como em todos os outros tipos de organização, as entidades do Terceiro Setor necessitam de uma organização contábil, pois a falta de uma contabilidade adequada poderá acarretar diversos problemas, principalmente na aplicação correta de seus recursos que venham a beneficiar a sociedade. Assim, o uso das práticas contábeis nas Organizações do Terceiro Setor torna-se essencial para a sustentação e desenvolvimento dessas entidades.

No Brasil, de acordo com Silva (2008), são utilizadas no Terceiro Setor basicamente as mesmas práticas contábeis utilizadas no Primeiro e no Segundo Setor, alterando apenas algumas nomenclaturas, mas considerando a essência contábil imposta pelos seus princípios. Segundo Araújo (2009, p. 45), “a evidenciação é o canal utilizado no processo de comunicação entre a entidade e os tomadores de decisões nas organizações como instrumento de informação”.

Diante do fato de que no Terceiro Setor o patrimônio é pertencente à sociedade, então todas as informações relevantes associadas ao Patrimônio Social são indispensáveis e de interesse público. Com isso, torna-se importante o uso das aplicações contábeis para possibilitar a atuação da entidade de forma eficaz e eficiente diante da sociedade (COELHO, 2002).

Nesse contexto, para as Organizações do Terceiro Setor (OTS), a utilização das práticas contábeis ultrapassa as necessidades legais, já que a transparência e a sustentabilidade dos recursos alocados é uma questão de sobrevivência e crescimento desse setor. Uma vez que, suas atividades são de uma importância imensurável no meio socioeconômico e, não só na região de Patos, mas em todo Brasil, bem como no cenário mundial. Considerando o exposto, surge o seguinte questionamento: **Quais são as práticas de contabilidade utilizadas em uma determinada organização do Terceiro Setor situada na cidade de Patos-PB?**

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Analisar as práticas de contabilidade aplicadas ao Terceiro Setor em uma determinada entidade sem fins lucrativos da Cidade de Patos.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Descrever o perfil da entidade sem fins lucrativos pesquisada nesse estudo;
- Identificar as práticas de contabilidade utilizadas pela entidade em análise;
- Verificar como é realizada a prestação de contas dessa entidade;
- Identificar a existência ou não de evidenciação das Informações Contábeis geradas pela entidade pesquisada.

### **1.3 Justificativa**

O Terceiro Setor surgiu com o intuito de ajudar ao Estado a suprir as necessidades sociais e promover bens e serviços de caráter público. Dessa forma, observa-se que esse setor tem se desenvolvido nas últimas décadas, sendo representado por associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, organizações não governamentais (ONG), fundações privadas, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

De acordo com Vilanova (2004, p.32) o Terceiro Setor “é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade”. No entanto, verifica-se que esse setor enfrenta problemas relacionados à falta de recursos financeiros, e sempre existe transparência na divulgação de suas informações.

Entende-se que, com relação a entidades desse porte, não é obrigatório a divulgação de seus demonstrativos. Porém, essa não obrigatoriedade pode vir a prejudicar a aquisição da sustentabilidade das mesmas, como também, dificultar a conquista de novos doadores, ou seja, de pessoas ou empresas interessadas em investir nas atividades da entidade.

Segundo Bettioli Júnior (2005, p.16), existe outro fator relevante, que é a ausência de conhecimento relacionado às práticas contábeis, o autor ainda menciona que:

[...] o benefício obtido pelos indivíduos por meios dos serviços prestadores por essas entidades [...] chamam cada vez mais a atenção dos doadores de recursos e da sociedade [...], portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável.

Franco (1999) explica que a contabilidade é fundamental para as entidades, estejam elas introduzidas em qualquer um dos setores (Público, Privado ou Terceiro Setor), e sem a prática contábil não se pode ter controle e nem tão pouco adquirir a confiabilidade daqueles que desejam ingressar nessas instituições, como os acionistas, doadores e a comunidade de um modo geral.

Diante do exposto, o presente estudo justifica-se em um primeiro momento, pela relevante contribuição que o Terceiro Setor vem dando à sociedade atual, bem como a importância da aplicação contábil nas organizações pertencentes ao referido setor. O estudo procura ainda mostrar o quão importante é analisar e evidenciar os resultados obtidos pelas OTS, servindo de auxílio para o controle interno dessas entidades e para a tomada de decisão dos gestores e dos seus provedores.

Verifica-se na literatura que foi realizado um estudo sobre o setor foi através do *IBGE*, no ano de 2002 e, apontava para a existência de cerca de 276 mil entidades sem fins lucrativos, o que correspondia a 5% do total de empresas registradas no Brasil. O relatório apresentado em 2005 demonstrou a quantidade de 338,2 mil entidades ligadas ao terceiro setor cadastradas de acordo com a classificação do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas), com um aumento de 22,5% comparado ao ano de 2002. Com as duas principais pesquisas realizadas pelo *IBGE*, o relatório *FASFIL* de 2002 e 2005, em parceria com outras instituições como o *IPEA* e a *ABONG*, pode-se traçar o crescimento do setor no Brasil.

Vimos assim que, quanto maior o crescimento do setor no país, maior deverá ser a necessidade do controle contábil e a transparência de suas informações. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se ainda pela importância do tema no setor contábil como também no contexto social. Portanto, esse estudo se faz necessário por obter informações sobre o que acontece na prática com a utilização da contabilidade nas entidades do Terceiro Setor, como também serve de base para futuras pesquisas sobre o tema.

Tornando-se relevante ainda pela necessidade de acompanhamento e avaliação das constantes evoluções do setor em análise, como também pela necessidade da contribuição de pesquisas que possam cooperar para um maior entendimento no que se refere a conceitos e impactos gerados pelas atividades dessas organizações.

Dessa forma, a pesquisa é considerada relevante por estar ligada de alguma forma com um ponto importante para a sociedade, que são as necessidades sociais e a transparência de suas atividades. Assim, este trabalho justifica-se pela importância do tema para o meio social e, por fazer parte da realidade que as organizações do Terceiro Setor estão enfrentando.

## **1.4 Procedimentos Metodológicos**

### *1.4.1 Classificação da Pesquisa*

A pesquisa quanto à abordagem do problema é de natureza quantitativa, por caracterizar-se por emprego de instrumentos estatísticos, representados por percentuais evidenciados em gráficos e tabelas. Para Souza (2007, p.15), torna-se comum a utilização desse tipo de pesquisa numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

Quanto às técnicas empregadas, o estudo se classifica como bibliográfico, por ser relevante na construção do marco teórico das pesquisas. Nesta fase são formados os conceitos que envolvem o tema estudado, obtendo fontes primárias e secundárias. Souza (2007, p. 15) explica que esse tipo de pesquisa “preocupa-se em obter dados através de fontes secundárias, tais como materiais publicados: livros, teses, revistas e outras publicações e dados da internet” sobre a criação e importância das práticas contábeis no Terceiro Setor.

Já os autores Fialho, Souza e Otani (2007, p. 40) acrescentam que a pesquisa bibliográfica, “consiste na obtenção de dados através de fontes secundárias, utiliza como fontes de coleta de dados, materiais publicados como: livros, periódicos científicos, e revistas [...]”. Assim, a pesquisa bibliográfica busca através de análises



mais aprofundadas relacionar os fenômenos que ocorrem sobre determinado assunto que se quer estudar, destacando a complexidade do estudo.

Após a pesquisa bibliográfica, caracterizada pela busca de informações de diversas fontes, outro procedimento adotado foi de uma pesquisa documental a partir dos Relatórios Contábeis das entidades em análises nos anos de 2009 a 2011, obtidos nas próprias organizações. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 176), a pesquisa documental “caracteriza-se como uma fonte de coleta de dados, que está restrita aos documentos, escritos ou não, construindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Se destacando também como estudo de caso, este, por sua vez, analisa um ou poucos fatos com profundidade e pode ser utilizadas para desenvolver entrevistas, questionário, observações dos fatos e análise documental (SOUZA, 2007). O objeto pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação. Assim, o objeto desse estudo a ser pesquisado refere-se as práticas contábeis aplicada em uma instituição do terceiro setor.

Com relação aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, já que objetiva caracterizar as entidades pertencentes ao Terceiro Setor e principalmente às práticas contábeis adotadas por elas. Assim, utiliza-se de material científico, com o propósito de analisá-los e interpretá-los sem qualquer interferência em nenhum dos dados coletados.

De acordo com Fialho, Souza e Otani (2007, p. 3) esse tipo de pesquisa “trata-se da descrição do fato ou do fenômeno através de levantamento ou observações”. Portanto esta pesquisa descreveu as práticas contábeis entre os períodos de 2009 a 2011, identificando assim, como eram evidenciadas essas práticas nas entidades do Terceiro Setor.

### 1.4.2 Universo da Pesquisa

A pesquisa será realizada em uma entidade do Terceiro Setor que atuam na cidade de Patos. E tem como finalidade apontar as práticas contábeis adotadas por essas entidades, e ver se essas práticas estão de acordo com as impostas pelas NBCs.

### 1.4.3 Procedimentos e Instrumento de Coleta de Dados

A caracterização das entidades que compõem o terceiro setor foi realizada mediante o levantamento bibliográfico, através de artigos e sites. Já no tocante aos procedimentos contábeis, foi realizado um levantamento de dados através de visita na própria instituição localizada em Patos - PB. No qual, foi analisada a documentação existente no local, como também foi aplicado um questionário junto ao gestor da entidade, sendo este o sujeito da pesquisa.

O questionário da pesquisa, apresentado no apêndice, foi elaborado utilizando como base, estudos realizados no Terceiro Setor. No questionário, foram abordados sete grupos de questões, são eles:

**1) Dados da Organização:** nessa seção são descritos, as características das Organizações pesquisadas como: nome; endereço; telefone; ano de fundação; cargo máximo na OSCIP e ocupante.

**2) Dados do Respondente:** foi investigada a característica dos respondentes como: sexo; função na OSCIP; idade; tempo em que atua no Terceiro Setor e nível de escolaridade.

**3) Área de Atividade da OSCIP:** apresenta-se, nesta seção, a área de atuação das OSCIP segundo a classificação do ICNPO (*Internacional Classification of Nonprofit Organizations*), número de voluntários fixos e eventuais; funcionários efetivos e temporários e/ou estagiários.

#### *1.4.4 Apresentação, Tratamento e Interpretação dos Dados*

Os dados obtidos nos documentos contábeis, como também no questionário aplicado, da entidade em análise, foram organizados e tabulados com o auxílio do software da Microsoft Excel. De forma que, esses dados serviram como base para calcular as práticas contábeis proposta neste trabalho, e seus resultados foram sintetizados e expostos em forma de tabelas e gráficos, para assim facilitar o entendimento visual da pesquisa. Os dados foram analisados estatisticamente no intuito de identificar as práticas contábeis realizadas no ano de 2012 na instituição estudada.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O Surgimento e a Importância da Contabilidade

Está registrado na história, que a ciência contábil surgiu da necessidade que o ser humano teve de guardar seus bens e controlar o valor do patrimônio individual. Assim, a contabilidade tornou-se um dos conhecimentos mais antigos, tão antigo quanto à origem do homem e, foi evoluindo junto com a civilização, em função da sua capacidade de responder a dúvidas sobre as riquezas pessoais. ´

De acordo com Ludícibus (2010), a história da contabilidade vem de muitos tempos atrás, em que o homem não tinha sua origem ainda revelada. De certa forma, a contabilidade já vinha sendo praticada há mais de 2000 anos antes de Cristo, quando o homem inventou instrumentos de contar seus rebanhos e outros bens individuais. Para Martins (2006, p.28):

O homem primitivo passou a evidenciar a riqueza patrimonial que detinha em inscrições pintadas nas paredes das grutas e também em pedaços de ossos, por meio de riscos ou sulcos. O desenho do animal ou do objeto representava a natureza daquilo que o homem primitivo havia conquistado e guardava. Os rabiscos que quase sempre se seguiam ao desenho da coisa ou do objeto denunciavam a quantidade existente. Os homens utilizavam a Contabilidade para definir quanto alguém possuía de uma determinada mercadoria e qual o valor de troca dessa mercadoria em relação a outra.

Assim, conforme as mudanças foram ocorrendo na sociedade, a contabilidade foi se adequando às demandas decorrentes dessas mudanças, e se desenvolvendo de acordo com a evolução do ser humano (SÁ, 2007, p.2). O autor ainda menciona que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela”. Já que com a globalização, essa necessidade passou também a ser das organizações, que buscou controlar seu patrimônio originado do desenvolvimento mercantil.

Nos tempos antigos, segundo Tinoco e Kraemer (2006), o crescimento mercantil gerou o acúmulo de riqueza, e como consequência a necessidade de controlar o patrimônio. Nesse sentido, verifica-se que o registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, bem como a divulgação das atividades e operações das organizações em geral podem ser executados pela Contabilidade, desde há muito tempo.

Foi assim que, conforme Ludícibus (2010) a Contabilidade Antiga passou para a Moderna por volta do século XII e XIII, através do grande desenvolvimento econômico. O autor ainda menciona que grandes centros comerciais começavam a se formar na Europa, a contabilidade acompanhou toda essa evolução, surgindo as primeiras manifestações do Sistema das Partidas Dobradas.

No Brasil a contabilidade surgiu em 1945, através da necessidade de registro dos fatos patrimoniais das empresas, com isso, houve a publicação do decreto Lei n.º 78.938 que foi estabelecido o ensino da Contabilidade no país (SÁ, 2007).

Nesse contexto, entende-se que a contabilidade surgiu como uma ferramenta necessária para o controle do patrimônio e gerenciamento dos negócios, tornando-se indispensável para o desenvolvimento econômico, por possuir elementos essenciais que geram informações econômicas e financeiras capazes de auxiliar o gestor no processo decisório.

De forma geral, pode-se ressaltar que toda e qualquer instituição, seja ela pertencente a qualquer um dos três setores (Estado, Mercado ou o Terceiro Setor), necessitam da contabilidade para sobreviver, por ser um instrumento que fornece informações relevantes para o desenvolvimento da organização, bem como por servir para fins fiscais, tributários, administrativos e sociais.

Ludícibus (2010) comenta que a contabilidade envolve os aspectos de produtividade e também os aspectos sociais, por fornecer informações úteis para os vários tipos de usuários (associados, governo, fornecedores, cidadãos e outros), de forma a contribuir nas decisões coerentes com as necessidades dos mesmos. Para Crepaldi (2004, p. 22) “o tipo de informação comunicada provoca ações que determinam o desempenho da empresa”.

Já Marion (2008, p.1), acrescenta que:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade ela coleta todos os dados econômicos monetariamente, registrando-se em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. [...] avalia o desempenho dos negócios dando diretrizes para a tomada de decisões.

Diante do exposto, entende-se que a contabilidade é uma ciência que controla, registra e orienta a empresa através de dados fornecidos de suas demonstrações contábeis, já que os mesmos apresentam elementos que contribui de forma positiva na competitividade e no crescimento das organizações. Uma vez que, a utilização de suas informações é útil para a execução de ações administrativa.

Crepaldi (2004), explica que no sistema de informações contábeis deve ser considerado os requisitos necessários voltados para cada tipo de usuário. Buscando definir as características apresentadas pela informação contábil, bem como a influência positiva que essa informação pode gerar para a controladoria de uma empresa, com resultados mais eficazes.

Através dessas definições, percebe-se que a contabilidade indica uma das principais ferramentas de auxílio na administração, bem como no desenvolvimento das entidades. Deixando de ser vista apenas como um cumprimento de obrigações fiscais e legais, mas sim, com a finalidade de auxiliar junto ao processo de gestão, de forma a promover possíveis planejamentos e tomadas de decisões dentro de uma organização.

## **2.2 Breve Histórico sobre o Terceiro Setor**

O Terceiro Setor surgiu no Brasil na década de 70, mas só começou a se desenvolver a partir da década de 90, com a reforma administrativa do Estado (CARDOSO; LIMA 2003). No entanto, Fernandes (1999, *apud* MARTINS *et al* 2011, p. 3) contradiz essa afirmativa quando menciona que desde a época da colonização estas organizações

vem atuando no Brasil. O autor ainda explica que esse setor foi evoluindo desde as associações voluntárias das igrejas e, se deu em quatro momentos, entre eles:

**Em um primeiro momento**, em associações voluntárias fundadas pela Igreja Católica, que atuavam nas áreas assistenciais, como a saúde e a educação.

**Em um segundo momento**, na década de 30, no governo de Getúlio Vargas, período em que o assistencialismo predominou na estratégia política do governo, também se vislumbra a atuação dessas organizações.

**No terceiro momento**, na década de 70, em que as instituições de caráter filantrópico e os movimentos sociais, com o apoio da Igreja, tornaram-se porta-vozes de problemas, como a repressão, desigualdade e injustiça social também se nota a ação das mesmas.

**Finalmente, o quarto momento** pode ser formalmente marcado pela promulgação da Constituição de 1988, que definiu o conceito de cidadania e traçou a elaboração de políticas sociais. Com isso, foram elaboradas várias outras leis, dentre as quais, a Lei 9.790/99, que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as chamadas OSCIPs.

Entende-se, com isso, que o ser humano sempre buscou viver em comunidades como forma de sobrevivência, gerando assim, a necessidade de ajudar ao próximo, uma vez que, num ambiente coletivo existe o sentimento de solidariedade. Assim, conforme o autor, foi surgindo o terceiro setor, primeiro por associações voluntárias nomeadas pela Igreja Católica, que direcionavam seus serviços na área da saúde e da educação.

Depois, percebe-se a existência de movimentos sociais direcionados para a desigualdade e injustiça, através de instituições filantrópicas e apoiadas pela Igreja. E, por fim, originou o conceito de cidadania e de políticas sociais publicados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), criando com isso, diversos tipos de organizações do Terceiro Setor. Uma vez que, foi identificado que o Setor Público não conseguia atender a todas as necessidades da sociedade.

De acordo com a CF/88, o Terceiro Setor surgiu da insuficiência do Estado de cumprir com suas obrigações sociais, em seu art. 6º está evidenciado que: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Nesse contexto, originou-se o aparecimento do Terceiro Setor, que antes existia apenas O Estado como Primeiro Setor e, o Segundo Setor caracterizado por empresas privadas, tendo como objetivo principal a maximização dos lucros.

Segundo Araújo (2009), estes três setores são autônomos entre si, pois cada um possui atividades específicas. No entanto, eles se complementam, já que desenvolvem suas ações direcionadas a prestar serviços à sociedade. Ainda conforme o autor, esses setores se tornam indispensáveis para o bem-estar da sociedade, por existir uma parceria entre ambos em prol da comunidade, através de suas atividades.

Para Gonçalves (2008) o Terceiro Setor se diferencia dos demais por não distribuírem lucro e por não seguirem um controle estatal. A autora afirma ainda que esse setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamental que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Assim Cardoso e Lima (2003, p.43) acrescenta que esse setor é o conjunto organizações privadas, sem fins lucrativos, que visam o bem estar social, podendo cobrar por seus serviços ou produtos, desde que reinvestam seus resultados na própria entidade, sem perder suas características.

Diante do exposto, observa-se que o Terceiro Setor originou-se das necessidades básicas da população, como a saúde, educação e a moradia, e que não foram atendidas diretamente pelo Estado, mas que eram garantidas pela CF/88. Nesse sentido, foi caracterizado esse setor que se distingue dos dois primeiros por não distribuírem lucro e nem obedecerem a um controle estatal. Sendo constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamental, mas como o objetivo de prestar serviços direcionados ao público, visando o bem estar social.

### *2.2.1 Fontes de Recursos*

As entidades do Terceiro Setor podem receber recursos oriundos de parcerias com o Estado, entidades privadas nacional ou estrangeira, doações, bem como através de recursos próprios. Assim, de um modo geral, as origens desses recursos podem ser do setor privado, ou do setor público, de empresas nacionais ou internacionais, bem como de fontes da própria entidade.



De acordo com Silva (2010), quando uma organização do terceiro setor busca obter recursos, a mesma precisa elaborar um projeto em conformidade com os critérios dos seus financiadores, para que estes possam avaliar se a proposta está em conformidade com suas linhas de fomento e se a organização tem capacidade de executá-la. Devendo ser considerando no contexto de atuação: os objetivos, como mensurar os resultados, os custos, buscando formalizar esses dados em extensos formulários.

As fontes de recursos foram se modificando no decorrer dos séculos conforme as necessidades e evolução das entidades desse setor. No século XIX, as primeiras organizações da sociedade civil no Brasil, foram as Santas Casas de Misericórdia, com origem religiosa e prática de políticas sociais direcionadas para a saúde, educação e assistência social. Assim recebiam doações do Governo, da Igreja e de Indivíduos. No Século XX, Esses tipos de instituições passaram a receber doações também das empresas privada, tanto nacional como internacional. Por volta da década de 80, as organizações internacionais passaram a atuar com maior rigor na seleção das ONGs e dos projetos financiados (SILVA, 2010).

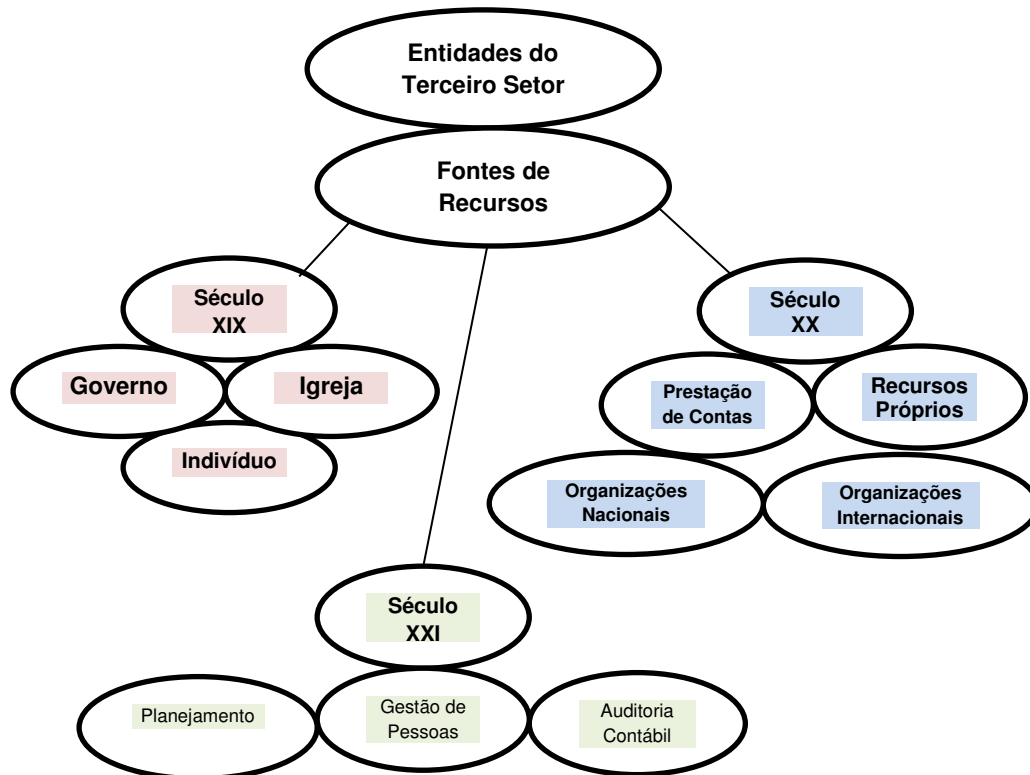


Figura 1- Origem e Evolução dos Recursos OTS  
Fonte: Adaptado de Silva (2010)

A Figura 1 evidencia sob a percepção de autor (*opcit*, 2010) a origem e evolução dos recursos adquiridos pelas entidades do terceiro setor, conforme as necessidades iam surgindo desde quando foi criada na época colonial.

Observa na Figura 1 que por volta do século XIX às fontes de recursos eram restritas a igreja, governo e indivíduo interessado em ajudar a instituição. No século XX, as organizações passaram a receber recursos de empresas nacionais e internacionais, bem como buscou criar recursos próprios através de atividade de produção e comercialização de produtos e serviços.

Nessa mesma época passou a existir a necessidade de se controlar e realizar a prestação das contas contábeis, buscando obter uma maior transparência nos recursos aplicados. No século XXI, as empresas buscaram uma maior eficiência em seus serviços através do planejamento, gestão de pessoas e auditoria.

Nesse contexto, entre os recursos das entidades do Terceiro Setor, os provenientes de recursos próprios à entidade adquirem com a venda de seus produtos ou serviços. Já os recursos provenientes de terceiros (setor privado e público) são classificados como doações, contribuições ou subvenções (ROCHA, 2008).

As contribuições podem ser conceituadas como sendo um bem que busca atender uma determinada carência dessas entidades derivada da sociedade, bem como de empresas privadas ou do governo, auxiliando na realização de atividades específicas. Conforme Olak e Nascimento (2010) as contribuições são recursos adquiridos de associados ou outros indivíduos, bem como de empresas que se comprometem a contribuir através de um montante, pré-fixado ou não, para manutenção da entidade ou para execução de uma obra, um projeto ou atividade específicos.

Compreende-se que as contribuições são originadas de forma espontânea ou não, através de incentivos vinculados com associações, empresas, governo ou pela sociedade em caráter individual, sendo destinada em benefício da própria entidade.

Com relação às subvenções, estas são contribuições previstas em lei orçamentária, concedidas por órgãos públicos, no intuito de cobrir as despesas das entidades do terceiro setor de manutenção e custeio, com ou sem contraprestação da entidade beneficiada (ROCHA, 2008). Assim, as subvenções são ocorridas dos entes públicos e destinam-se no cumprimento de custos de manutenção da organização, sendo elas de

caráter público (entidades sem fins lucrativos) ou privado, concedidas mediante lei pré-estabelecida no orçamento.

As doações têm caráter definitivo e não possuem uma contra partida dos destinos dos bens e serviços, sendo utilizadas para diversos setores da entidade e podem ser doados em espécie ou não (ROCHA, 2008).

Diante do exposto, entende-se que os recursos podem ser originados, tanto de vendas de produtos ou serviços produzidos na própria organização não governamental, como de doações, contribuições e subvenções. Estas, oriundas de setores públicos ou privados e, cada uma tem um destino específico quando são utilizadas. Como, no caso, das contribuições que busca atender uma determinada carência, contribuindo para a realização de uma atividade específica.

### *2.2.2 Classificação das Organizações do Terceiro Setor (OTS)*

De acordo com Oliveira (2009) o Terceiro Setor é formado por diversos tipos de organizações, que podem ser classificadas como: a ótica jurídica, que considera os aspectos legais; o acordo com as atividades que Desempenham na comunidade; o resultado de benefícios sociais; ou a origem de recursos financeiros e econômicos, entre outras.

Percebe-se que a classificação é feita de acordo com a área de atuação das organizações, verificando na literatura, que existem 12 categorias de entidades sem fins lucrativos. Segundo Oliveira (2009), essa classificação é utilizada internacionalmente, pela Classificação Internacional de Organizações sem fins Lucrativos (ICNPO – *International Classification of Non-profit Organizations*), e estabelece que o terceiro setor seja dividido em 12 grandes grupos que são subdivididos em 30 subgrupos e estes em atividades.

O nível de atividades não foi definido pela ICNPO, por levar em consideração a grande diversificação das mesmas. Assim, o Quadro 1 evidencia, sob a percepção de Oliveira (2009), Paula (2009) e Gonçalves (2008), os grupos e subgrupos que formam as empresas não governamentais, de acordo com sua atuação na sociedade.

Quadro 1 – Classificação das Organizações do Terceiro Setor

GRUPOS	SUBGRUPOS
Cultura e recreação	Artes, zoológicos, cultura, esporte, museus, clubes sociais e outras recreações.
Educação e pesquisa	Incentivo a pesquisa, educação fundamental e média, educação superior, pesquisa médica, treinamento vocacional, ciência e tecnologia, estudos de política empresarial, entre outros.
Saúde	Asilos, hospitais e clínicas para reabilitação, saúde mental, educação sanitária, assistência social, emergência e amparo, auxílio de renda e sustento e outros.
Serviços sociais	Assistência emergencial, serviços para crianças, jovens, famílias, idosos e deficientes, assistência material, etc.
Meio ambiente	Controle de poluição, proteção animal, conservação dos recursos naturais, vida selvagem e preservação de ambientes rurais, entre outros.
Desenvolvimento e habitação	Desenvolvimento econômico, social e comunitário, habitação, emprego e treinamento.
Lei, direito e política	Partidos políticos, políticas organizacionais, serviços legais, associações civis, prevenção do crime, apoio as vítimas e reabilitação de delinquentes, organizações de direito, minorias étnicas, e etc.
Intermediários para filantropia e promoção de ações voluntárias	Grupos econômicos para concessão de recursos, organização de intermediários, organização de capitais de recursos.
Atividades internacionais	Programas de intercâmbio; amparo em desastres, organizações pacifistas, assistência de desenvolvimento, entre outros.
Religião	Organizações de cunho religioso, como as associações e congregações religiosas.
Associações Profissionais e Sindicatos	Organizações de empregados, sindicatos, associações profissionais e congêneres.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2009), Paula (2009) e Gonçalves (2008)

Observa-se que existe uma variedade de atividades em cada grupo, essas atividades servem para classificar cada organização conforme as atividades que exercem. O grupo 12 não foi evidenciado no Quadro 1, mas é denominado como: Não classificadas em outros grupos. E serve para classificar as entidades que não se identificam com as demais atividades mencionadas no outros grupos.

### 2.2.3 Categorias das Entidades sem Fins Lucrativos

Existem seis tipos de categorias que fazem parte das organizações do Terceiro Setor, que são: Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), organizações sociais sem fins lucrativos, associações, fundações privadas, entre outras formas de associações civis sem fins lucrativos.

As Organizações Não Governamentais (ONGs), segundo Gonçalves (2008, p. 24), “não exercem nenhum tipo de caridade, tendo como objetivo, colaborar para a solução dos problemas sociais e lutar em defesa dos direitos e da igualdade de todos”. Para Azevedo *et al* (2008), esse tipo de categoria, são comprometidas com a sociedade, através de movimentos sociais e transformação social. Estando envolvidas com atividades externas, ou seja, em objetivos que não beneficiam os membros que a compõem.

As Entidades Filantrópicas, de acordo com Azevedo *et al* (2008), são consideradas entidades beneficentes e de caridade, relacionadas as atividades de assistência social, bem como de serviços sociais nas áreas de saúde e educação. Possuindo valores próprios de beneficência, boa vontade e serviço à comunidade.

Conforme Muraro e Lima (2003), a filantropia está voltada com o assistencialismo no auxílio a pobres, desvalidos, desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos. Sendo a categoria mais utilizada no terceiro setor, composta por abrigos, orfanatos, centro para indigentes, organizações voltadas à distribuição de alimentos, vestuário, hospitais, creches, serviços sociais na área de saúde e educação, como colégios religiosos, entre outras.

Compreende-se que as ONGs estão relacionadas com propostas direcionadas para o atendimento e bem-estar da sociedade de um modo geral, em busca dos direitos e igualdades da população. Já as entidades filantrópicas, é o oposto das ONGs, por se tratarem de entidades ligadas a caridade, servindo a comunidade através da solidariedade, buscando atender as necessidades dos mais necessitados.

Com relação à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para Oliveira (2009), o primeiro requisito para que uma organização se classifique nessa

categoria é de que não deve ter fins lucrativos. Gonçalves (2008) comenta que esse tipo de instituição é considerada como pessoa jurídica do direito privado, que relaciona-se com o Estado através de termo de parceria. Um certificado de OSCIP pode ser adquirido por fundações e associações, desde que preencha os requisitos básicos exigidos na lei das OSCIP, através da Lei 9790 de 23/03/1999.

Quanto a Organização Social sem Fins Lucrativos, destina-se a atividades nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica. Sua principal característica é a flexibilização para firmar contratos de gestão com o agente estatal (AZEVEDO *et al*, 2008). De acordo com Oliveira (2009), uma organização social exerce atividade de interesse público, e permite que receba recursos orçamentários. Suas atividades estão relacionadas a serviços, instalações e equipamentos do Poder Público, após ser firmado um Contrato de Gestão com o Governo Federal.

Entende-se que tanto as OSCIP como as Organizações Sociais, não possuem fins lucrativos, mas são vinculadas através de parcerias ou contratos com o Estado. Buscando atividades relacionadas aos interesses da sociedade, direcionada com a educação, pesquisas científicas, meio ambiente, entre outras (atividades estas, específicas das organizações sociais).

As Associações, sob a percepção de Muraro e Lima (2003), estão voltadas aos interesses dos próprios participantes e exercem atividades comuns ou defendem interesses comuns ou mútuos. Considerando uma variedade de objetivos e atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais. Gonçalves (2008) acrescenta que são regidas por um estatuto próprio, mantendo uma relação onde não há direitos e obrigações entre os seus associados, sem interferência do Estado.

Nas Fundações Privadas, tornaram-se cada vez mais importantes na sociedade brasileira, podendo ser originadas por pessoas conhecidas no Brasil. Como exemplo: Fundação Ayrton Senna, Fundação Roberto Marinho e Fundação Xuxa Meneguel. Tais fundações buscam parcerias entre o segundo setor e o terceiro setor. Sua criação é regida pelo Código Civil, sendo feita pelo instituidor, que através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado (MURARO; LIMA 2003).

Para Gonçalves (2008), as fundações privadas podem ser constituída por uma pessoa física ou jurídica, que destine um conjunto de bens livres, com finalidade social e determinada. O Código Civil brasileiro estabelece, no seu Art. 62, que as fundações só poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Nesse contexto, compreende-se que as fundações privadas são constituídas através de bens particulares, nos quais as pessoas físicas ou jurídicas buscam atender as necessidades específicas da população, contribuindo para o bem estar da sociedade investindo em atividades relacionadas com a cultura e assistência, entre outras. Já as associações estão voltadas aos interesses dos próprios participantes e exercem atividades comuns. Sendo regidas por estatutos próprios e sem interferência do Estado.

#### *2.2.4 Características do Terceiro Setor*

O Terceiro Setor vem ganhando, nas últimas décadas, um considerável espaço no campo social, buscando auxiliar à administração pública, porém formadas por cidadãos que se organizam de forma voluntária. Com isso, suas características estão relacionadas ao bem estar da população, prestando serviços que atendam as necessidades de cada pessoa.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2008), essas características podem ser evidenciadas com a promoção de ações voltadas para o bem estar comum da coletividade. Nesse sentido, uma organização desse setor não deverá ter finalidades lucrativas, mas deve adotar uma personalidade jurídica adaptada para fins sociais, como as associações e fundações. De forma que suas atividades sejam financiadas por assistência governamental, com doações empresariais e de particulares. Podendo exigir pagamentos pelos serviços ou produtos oferecidos, contanto que esses recursos adquiridos sejam revertido em forma de acréscimos para a instituição.

As entidades que se classificam com uma personalidade direcionada a fins sociais são isentas de tributos, desde que obedeçam a requisitos específicos do Terceiro Setor. Dessa forma, observa-se que as características expostas pelo CFC retratam que esse

setor possui personalidade jurídica com a finalidade de trazer benefícios à comunidade, sendo apoiada pelo Primeiro e Segundo Setor.

Na visão de Olak e Nascimento (2010, p.8) as principais características das entidades que compõem o Terceiro Setor são:

O lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir continuidade e cumprimento de seus propósitos institucionais; Seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais; O patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo; As contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades.

Observa-se que existem características fundamentais e específicas que podem identificar uma entidade desse setor, já que não possuem o lucro como seu objetivo principal, mas buscam resultados que garantam a continuidade da organização, com a intenção de provocar mudanças sociais. As doações se tornam sua principal fonte de recurso financeiro, no entanto não competem aos membros dessas instituições parcelas de participação econômica.

De acordo com Gonçalves (2008), essas organizações reconhecem seu patrimônio como um bem comum, com isso não o distribuem. Quanto aos aspectos fiscais e tributários, boa parte dessas organizações possui imunidade ou isenção fiscal e tributária, assim se tornam mais independentes da influência do Estado.

Martins, (2006, p. 29) diz que “por estarem diretamente ligadas ao bem-estar da sociedade o Estado concede algumas regalias tributárias a estas organizações e a seus financiadores para que sirvam como incentivo”.

Na CF/88, em seu art. 150, pode verificar alguns aspectos específicos de entidades sem fins lucrativos e sua continuação jurídica, de acordo com esse artigo:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;



c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. [...]

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Observa-se que a constituição possibilita algumas vantagens tributárias para entidades de interesse social, como as autarquias e fundações, ficando assim, desobrigadas de um processo de prestação de contas públicas. Essas vantagens são adquiridas por prestarem, serviços relacionados ao bem-estar da sociedade, com isso, o Estado concede algumas regalias tributárias para essas organizações.

### **2.3 A Contabilidade no Terceiro Setor**

Compreende-se que a prática contábil em organizações do Terceiro Setor possa contribuir positivamente com informações sobre os investimentos dos recursos disponíveis. Evitando, com isso, uma gestão ineficiente desses recursos, como também a descontinuidade da organização. De forma que, as atividades contábeis e administrativas devem ser aplicadas sobre os recursos recebidos de doações e de investimentos em ações sociais.

Dessa forma, os gestores dessas organizações devem buscar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos com a intenção de obter resultados positivos que determinem a manutenção dos negócios e a realização da missão (ARAÚJO, 2009). Nesse sentido, Vilanova (2004), reforça esse entendimento, quando comenta que a contabilidade pode oferecer informações que contribuam para uma adequada avaliação do resultado e do desempenho dessas organizações, através de um processo de transparência dos seus investimentos.

Entende-se que a adoção da prática contábil tem a mesma importância que o planejamento de uma atividade, já que a informação obtida pela contabilidade serve

para orientar os gestores na aplicação dos recursos, quando os mesmos estiverem disponíveis, o que torna a informação mais clara e favorece uma gestão mais eficaz.

Segundo Machado (2007, p.67), “uma contabilidade precisa e bem apresentada dá visibilidade às atividades de uma entidade, de forma clara, objetiva, sem margens para dúbias interpretações”.

Para as entidades do Terceiro Setor o uso da contabilidade torna-se de suma importância, já que os benefícios gerados por meio dos seus serviços prestados exigem prestações de contas que mostrem claramente como os recursos foram aplicados no meio social. Assim, com a elaboração das demonstrações contábeis, essas entidades podem atender as exigências dos doadores e da sociedade, como também obter dados importantes que auxiliem no processo decisório e na melhor aplicação dos recursos.

No entanto, de acordo com Olak e Nascimento (2010), ainda são poucas as normas e práticas ligadas a esse setor, já que a maioria das organizações do Terceiro Setor não está submetida a normas governamentais obrigatórias referentes à contabilidade, deixando assim, os contadores sem conhecimento sobre quais critérios mais adaptados para a mensuração contábil.

Diante dessa deficiência, foi criada pelo CFC a Resolução de nº 1.409/2012, com a intenção de atualizar e unificar a legislação contábil relacionada ao Terceiro Setor. Essa Resolução aprova a Interpretação ITG 2002, que refere-se a Entidade sem Finalidade de Lucros e, através dela revoga as seguintes Resoluções: 837/99, 838/99, 852/99, 926/01 e 966/03, publicadas no D.O.U., Seção I, de 2/3/99, 2/3/99, 25/8/99, 20/4/00, 3/1/02 e 4/6/03, respectivamente (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Verifica-se na Resolução de CFC nº 1.409/2012, que o objetivo da ITG 2002 é de criar métodos específicos de avaliação, reconhecimento das transações e de variações patrimoniais, além de buscar uma estrutura para os demonstrativos contábeis aplicados em entidade sem finalidade de lucros. A referida resolução determina que as entidades sem fins lucrativos devem evidenciar em seus os registros contábeis as contas de receitas e despesas, de forma segregada, identificando cada conta por tipo de atividades, como a educação, saúde e assistência social. De forma que permitam

a apuração das informações para a prestação de contas destinadas a todos os usuários.

Segundo Araújo (2009) quanto aos usuários das informações contábeis referentes as entidades sem fins lucrativos, são aqueles que destinam recursos a essas entidades, como: organizações financeiras, doadores, associados que participam da entidade através dos recursos (taxas, mensalidades e anuidades), administradores das próprias entidades, entre outros.

Ainda com relação às receitas e despesas, as mesmas devem ser mensuradas respeitando-se o princípio contábil de competência, já que tais organizações devem ser regidas pelos Princípios de Contabilidade. Para Olak e Nascimento (2010), esses princípios representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, o que a torna em seu sentido mais amplo de ciência social e, tem como objeto principal o Patrimônio das Organizações.

Quadro 2 – Os Princípios Contábeis e suas Características

<b>PRINCÍPIOS CONTÁBEIS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Entidade</b>	Esse princípio existe pela necessidade de diferenciar o Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
<b>Continuidade</b>	A Entidade deverá continuar com suas atividades operacionais no futuro, com isso, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio devem levar em conta esta circunstância.
<b>Oportunidade</b>	A mensuração e apresentação dos elementos patrimoniais devem produzir informações dignas e tempestivas.
<b>Registro Pelo Valor Original</b>	Os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações e em moeda nacional.
<b>Competência</b>	Os efeitos das atividades realizadas e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
<b>Prudência</b>	Esse princípio determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que houver modificações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.

Fonte: Adaptado de Olak e Nascimento (2010).

Os Princípios Contábeis, segundo Iudícibus (2010), podem ser conceituados como normas que servem como base acerca dos fenômenos e eventos considerados pela Contabilidade, solidificando a análise e a observação da realidade econômica, social e institucional, além de proporcionar uma interpretação uniforme das demonstrações contábeis. Assim Olak e Nascimento (2010), explicam alguns princípios contábeis baseando-se na Resolução CFC nº. 1.282/10, como pode ser visto no Quadro 2.

Os princípios contábeis surgiram da necessidade de se apresentar uma linguagem comum que interpretasse os relatórios contábeis, através da normatização obrigatória. Nesse sentido, as organizações sem fins lucrativos devem seguir esses princípios por representarem uma normatização essencial da contabilidade, que pode auxiliar no processo decisório das mesmas.

Entende-se que os projetos e ações do Terceiro Setor devem ser baseados nas informações contábeis, por orientarem e detalharem com maior clareza e segurança os fatos registrados. Essas informações contábeis, por sua vez, são baseadas nos Princípios Contábeis, já que os mesmos permitem a uniformização da apresentação dos eventos contábeis e possibilitam uma linguagem capaz de ser entendida por qualquer usuário.

Assim, pode-se afirmar que toda entidade tem a necessidade de identificar e evidenciar suas variações financeiras, gerando, com isso, informações úteis tanto para os gestores como também para a sociedade, com a finalidade de crescimento e desenvolvimento de forma eficiente.

As entidades do Terceiro Setor são regidas ainda em sua contabilidade pelo CFC, através da Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, regida pela Resolução CFC Nº 1.409/ 2012. Como já foi mencionado antes nesse estudo, entendendo que esta resolução estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Quanto ao recolhimento contábil, verifica-se nos artigos 8, 9 e 10 que:

8. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.
9. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.
10. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

Dessa forma, as organizações sem fins lucrativos são normatizadas atualmente pela Resolução CFC Nº 1.409/2012, que estabelece procedimentos de avaliação de registros dos componentes e variações patrimoniais, afirmando que tais entidades devem aplicar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, utilizando-se assim, de suas interpretações técnicas.

Diante do exposto, verifica-se que nas empresas do Terceiro Setor as informações contábeis geradas devem ser úteis para o processo decisório, já que os gestores adquirem conhecimentos sobre o ambiente no qual estão inseridos e também sobre a natureza de suas atividades. Assim, as práticas contábeis fornecem dados indicativos que deixam essas organizações capazes de continuar prestando os serviços sociais as quais são destinadas, com uma administração eficiente e resultados eficazes, possibilitando também a obtenção de novos recursos.

### *2.3.1 Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor*

As principais demonstrações financeiras exigidas das organizações sem a finalidade lucrativa, de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012, são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas. Todas previstas na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

No Balanço Patrimonial, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser adotadas como receita no resultado do exercício, conforme a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Na Demonstração do

Resultado do Período, as receitas e as despesas devem ser mensuradas mensalmente, respeitando o regime contábil de competência (CFC, 2008).

Quanto a DFC, Olak e Nascimento (2010) comentam que é de fundamental importância que as empresas desse setor elaborem e divulguem tal demonstrativo, com o objetivo de melhorar suas atividades gerenciais e de obter uma melhor transparência na prestação de contas.

Ainda de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012, fica estabelecido que a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil. Estabelecendo também requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, que devem ser complementadas por Notas Explicativas contendo informações tais como:

- (a)** contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b)** os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c)** a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
- (d)** as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e)** os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f)** os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g)** eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h)** as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i)** informações sobre os seguros contratados;
- (j)** a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k)** os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l)** segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;

**(m)** todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos; **(n)** a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados (CFC, 2012, p. 4-5).

Segundo Araújo (2009, p.59), as notas explicativas “incluem informações sobre as práticas contábeis não explicitadas nas outras demonstrações, mas que impactam a análise da situação econômica e financeira da organização”.

Assim, observa-se que é importante que seja divulgado nessas notas, dados que incluam a natureza social e econômica da entidade, tanto como os seus objetivos sociais. Evidenciando quais os critérios utilizados na apuração das receitas e despesas relacionadas à contribuição, doações e aplicação de recursos. Comparando o custo e o valor reconhecido, quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Observa-se ainda, com relação aos requisitos gerais, que todas as gratuidades devem ser evidenciadas de forma segregada, mensurando quais os valores dos benefícios, quais os números de atendimentos e de bolsistas, através de valores e percentuais representativos.

As entidades do Terceiro Setor possuem autonomia para explicar nos seus demonstrativos tudo o que julgar importante, no intuito de fornecer o maior número de informações. Podendo alterar e incluir contas similares que atendam as suas necessidades, como também para fins de divulgação das demonstrações contábeis (CFC, 2012).

Entende-se que a finalidade dos demonstrativos contábeis é de evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma empresa e que, devem ser mensuradas conforme a legislação brasileira específica para o setor Contábil.

De acordo com Machado (2007), quando se trata de aspectos sociais, essa evidenciação nem sempre torna-se facilmente visível através das Demonstrações Contábeis tradicionais, com isso, alguns demonstrativos foram alterados em suas

nomenclaturas, com o objetivo de se adequar e atender a visualização necessária relacionada a atividade social (Quadro 3).

Quadro 3: Nomenclaturas dos Demonstrativos Contábeis para o Terceiro Setor

Demonstrativos Contábeis	Mudanças nas Nomenclaturas
Balanço Patrimonial	Substituição da conta Patrimônio Líquido para Patrimônio Social e na conta de Lucro ou Prejuízos do Exercício para <i>Superávit</i> e <i>Déficit</i> do Exercício.
Demonstração do Resultado do Período	A Demonstração do Resultado do Período para o Terceiro Setor evidencia em forma de valores o que a organização prestou em assistência social, refletindo o comprometimento dos gestores na utilização dos recursos. Assim, foi alterado a nomenclatura chamada de lucro ou prejuízo do exercício, para <i>superávit</i> ou <i>déficit</i> do período.

Fonte: Adaptado Machado (2007).

Observa-se que a conta Patrimônio Social se adéqua mais com relação aos demonstrativos contábeis para o Terceiro Setor, já que organizações desse tipo não buscam o lucro, mas sim em investir seus recursos nas necessidades sociais. Assim, torna-se possível verificar o quanto a empresa tem de patrimônio social para ser aplicado na comunidade.

Com relação ao Resultado do Período, é possível identificar qual o *superávit* / *déficit* a entidade obteve em determinado ano analisado, com isso, o gestor é capaz de reconhecer como foi utilizado os recursos de forma adequada na assistência social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é útil para as organizações do Terceiro Setor quando se leva em consideração o reconhecimento dos seus fluxos financeiros, através dessa informação, os gestores identificam o momento de se buscar recursos para a manutenção de suas atividades sociais (MACHADO, 2007). A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido passa a ser reconhecida como Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, já que as organizações desse setor não visam o lucro.



Diante do exposto, entende-se que o objetivo de se utilizar as práticas contábeis em organizações do Terceiro Setor, está em promover a transparência do repasse de recursos oriundos de doações, contribuições, entre outros.

Dessa forma, a entidade poderá elaborar e executar projetos de interesse social com base nas informações obtidas da contabilidade, no intuito de atender as necessidades da sociedade de forma adequada, como também de conhecer as ferramentas necessárias para uma melhor gestão de suas ações.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Esse capítulo destina-se à apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa realizada junto ao gestor de uma empresa do terceiro setor que possui atividades na cidade de Patos-PB, sobre as práticas contábeis realizadas nessa instituição sem fins lucrativos.

Assim, buscou-se verificar o perfil do gestor, bem como o perfil da organização, além das informações relacionadas às prestações de contas e aos procedimentos contábeis.

#### 3.1 Dados da Organização

A empresa possui sede na cidade de Patos-PB, e tem como cargo máximo o de Presidente. Sendo constituída como sociedade civil, na categoria de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possuindo 8 anos de existência, além de filiais na cidade de Sousa, Guarabira e Teixeira.

Verifica-se que essa instituição atua com projetos nas áreas sociais, sendo destinado a atividades municipal, estadual e regional. Com mais de 500 pessoas que se beneficiam de seus serviços prestados, relacionados a atividades direcionadas ao microcrédito.

Entende-se como OSCIP, que é uma organização de direito privado sem fins lucrativos, que pode relacionar-se por meio de parceria com agente governamental e, exercendo atividades que buscam o bem estar da cidadania (AZEVEDO *et al*, 2008).

Quanto à faixa orçamentária, a organização possui um orçamento anual acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais). Não foi informado sobre a porcentagem média da composição das fontes de recursos financeiros da sua organização. O gestor apenas afirma 100% de recursos financeiros, mas não indica sua origem. No entanto, informa que a disponibilidade de recursos está condicionada as exigências provenientes do financiador, de forma a afetar o funcionamento da organização.

Sofrendo alterações nas áreas de planejamento, organização, direção e controle.

Identificou-se os tipos de fontes de recursos que a entidade utiliza, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1- Origem dos recursos da Organizações do Terceiro Setor

<b>Origem dos Recursos</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Termo de Parcerias	x	
Convênio		x
Contrato Administrativo		x
Receitas Próprias	x	
Doação de indivíduos	x	
Campanhas Educativas		x
Doação de empresas privadas	x	
Fontes Internacionais	x	

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Verificando que seus recursos são oriundos de parcerias, receitas próprias, doações de indivíduos e de empresas privadas, bem como de fontes internacionais. Em outro questionamento foi identificado que o controle da utilização desses recursos é feito através da Prestação de contas e da Auditoria externa contratada.

Com relação aos números de funcionários e/ou voluntários, verificou-se que existem 5 voluntários eventuais e 30 funcionários temporários e/ou estagiários. O gestor afirma que não tem dificuldades em mobilizar bons profissionais dentro da empresa. E, comenta ainda que a organização tem dificuldades em fidelizar com seus investidores, doadores e/ou parceiros. Esse fato acontece pela escassez de parceiros, doadores, bem como dos investidores.

### **3.2 Dados do Respondente**

O sujeito dessa pesquisa foi o gestor da empresa que assume o cargo de Diretor Financeiro, exercendo essa atividade de há quase 2 anos. Com 29 anos idade e experiência no terceiro setor de quase 3 anos. E, possui nível superior de escolaridade no curso de Ciências Contábeis.

### 3.3 Informações Quanto a Prestação de Contas

Quanto à prestação de contas, o gestor informou que esta é realizada para diversos públicos, entre eles: as pessoas físicas que são representadas pelos associados, doadores, entre outras; as empresas privadas; ao poder público Municipal, Estadual e Federal; bem como aos bancos parceiros, ou seja, as instituições financeiras (Tabela 2).

Tabela 2- Prestação de Contas da Organização

Interessados na Prestação de Contas	SIM	NÃO
Pessoas Físicas (associados, doadores, etc)	x	
Empresas Privadas	x	
Fundações Nacionais		x
Fundações Internacionais		x
Igrejas		x
Poder Público Municipal, Estadual, Federal	x	
Cidadãos, famílias beneficiárias		X

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Verifica-se que a prestação de contas é direcionada as pessoas e órgãos que contribuíram para o desenvolvimento da organização. Como afirma Araújo (2009) quanto aos usuários das informações contábeis referentes às entidades sem fins lucrativos, são aqueles que destinam recursos a essas entidades, como: organizações financeiras, doadores, associados que participam da entidade através dos recursos (taxas, mensalidades e anuidades), administradores das próprias entidades, entre outros.

Nesse contexto, para a organização em análise, a prestação de contas é vista como uma exigência do governo, ou de outro tipo de financiador ou doador. Mas que serve como facilitador na gestão da entidade, bem como por oferecer transparência nas atividades realizadas.

Com relação à exigência dos agentes financiadores dessa instituição, observa-se na Tabela 3, que das empresas financiadoras, as mais exigentes em relação à “prestação

de contas” dos recursos investidos são: o governo, as instituições financeiras, e os doares.

Tabela 3- Exigência relacionada a Prestação de Contas

<b>Agentes</b>	<b>Muito exigente</b>	<b>Exigente</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Pouco exigente</b>	<b>Não é exigente</b>
Governo	x	-	-	-	-
Empresas Privadas	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	x	-	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	-	-	-
Doadores	x	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa 2013

A prestação de contas nos órgãos governamentais devem apresentar dados quantitativos, ou seja, dados que evidenciem valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos. Demonstrando, de forma comparativa, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados (CFC, 2012).

Com isso, foi questionado sobre os aspectos mais importantes em que os agentes financiadores consideram numa prestação de contas dentro dessa entidade em estudo. Verificando nos resultados obtidos que o desempenho operacional na execução dos programas (referentes às atividades realizadas) é importante para hora de evidenciar suas contas. Mas, o número de beneficiados atingidos pelos programas, bem como o desempenho financeiro na execução dos programas (relacionados aos custos e despesas incorridas) são considerados pelos agentes como fatos muito importantes que devem de evidenciados de forma transparente nas suas prestações de contas.

Compreende-se que a prestação de contas evidencia como os recursos estão sendo aplicados dentro da sociedade em que a entidade está inserida. Nesse sentido Vilanova (2004) menciona que as organizações do Terceiro Setor desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público cujos resultados alcançados se reverterem à própria sociedade.

### 3.4 Quanto aos Procedimentos Contábeis

Conforme o CFC (2012) as entidades do Terceiro Setor possuem autonomia para explicar nos seus demonstrativos contábeis tudo o que julgar importante para atender as suas necessidades, no intuito de fornecer o maior número de informações, podendo alterar e/ou incluir contas similares.

Assim, foi possível identificar quais os demonstrativos contábeis mensurados dentro dessa organização de terceiro setor, sendo evidenciados na Tabela 4, como pode ser observado.

Tabela 4-Evidenciação dos Demonstrativos Contábeis

<b>Demonstrativos Contábeis</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Balanço Patrimonial	x	
Balanço Social		x
Demonstração de Resultados	x	
Demonstração de Fluxo de Caixa		x
Relatórios da Administração	x	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		x
Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis	x	

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Percebe-se que a organização elabora a o Balanço Patrimonial (BP), o Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), Relatórios da Administração (RA) e as Notas Explicativas (NE). Deixando de evidenciar o Balanço Social (BS), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Olak e Nascimento (2010) comentam que é de fundamental importância que as empresas desse setor elaborem e divulguem tais demonstrativos, com o objetivo de melhorar suas atividades gerenciais e de obter uma melhor transparência na prestação de contas. Já que uma contabilidade precisa e bem apresentada dá visibilidade às atividades de uma entidade, de forma clara, objetiva, sem margens para dúvidas interpretações, como afirma Machado (2007).

Compreende-se que as atividades contábeis e administrativas devem ser aplicadas sobre os recursos recebidos de doações e de investimentos em ações sociais. Assim,

a prática contábil contribuir de forma positiva, através de dados úteis, sobre os investimentos dos recursos disponíveis. Evitando, com isso, uma gestão ineficiente desses recursos, como também a descontinuidade da organização.

O gestor afirma que não são auditados os seus Demonstrativos Contábeis. Também menciona que as demonstrações são elaboradas anualmente, mas não são divulgadas para a sociedade, apenas para seus agentes.

Como afirmado antes pelo gestor, os demonstrativos contábeis só são publicados para os agentes financiadores da entidade. Como observa-se na Tabela 5, em que foi questionado para quem a Organização presta conta e que tipo de prestação de conta, baseada em suas Demonstrações Contábeis, já que as mesmas são elaboradas conforme o potencial de cada doador.

Tabela 5- Prestação das contas conforme os Demonstrativos Contábeis

<b>Agentes</b>	<b>BP</b>	<b>DRE</b>	<b>DMPL</b>	<b>NE</b>	<b>BS</b>	<b>DVA</b>	<b>RAT</b>	<b>DFC</b>	<b>ORC</b>
Governo	x	x	-	x	-	-	-	-	-
Agências de Financiamento	x	x	-	-	-	-	x	-	-
Doadores	x	x	-	x	-	-	x	-	x
Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Nesse sentido, verifica-se que a organização realiza suas prestações de contas conforme as necessidades de cada agente, buscando evidenciar as informações relacionadas à como seus recursos estão sendo aplicados. Assim, a elaboração do BL, DRE, NE são direcionados a prestação de contas com o Governo bem como a seus doadores, acrescentado a estes últimos, informações sobre seus orçamentos e sobre suas atividades, através do Relatório das Atividades (RAT). Na prestação de contas direcionadas as agencias de financiamentos é elaborado o BP, DRE e RAT.

Foi identificado na análise dos dados que na captação de recursos, as informações contábeis compõem a estrutura básica de apresentação conforme o potencial doador. Com isso, foi questionado quais os relatórios contábeis utilizados em cada captação de recurso, bem como foi solicitado um grau de importância dado aos demonstrativos, numa escala de 1 à 5, considerando que: 01 – Não é importante; 02 – Pouco Importante ; 03 - Indiferente; 04 - Importante; 05 – Muito importante (Tabela 6).

Tabela 6- Demonstrativos utilizados na Captação de Recursos e sua Importância

<b>Demonstrações Contábeis</b>	<b>Utiliza</b>	<b>Grau de Importância</b>
Balço Patrimonial	Sim	05
Demonstração do Superávit ou Déficit do Período	Sim	05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Não	0
Notas explicativas das demonstrações contábeis	Sim	05
Demonstração do Fluxo de Caixa	Não	0
Balço Social	Não	0
Demonstração do Valor Adicionado	Não	0

Fonte: Dados da pesquisa 2013

Percebe-se que apenas o BP, DRE e as NE são utilizadas pela organização para captar novos recursos financeiros, sendo estas consideradas pelo gestor como relatórios muito importante. Já que possibilitará a entidade elaborar e executar projetos de interesse social com base nas informações obtidas pela contabilidade, objetivando conhecer as ferramentas necessárias para uma melhor gestão de suas ações.

Segundo Araújo (2009), nas NE podem ser incluídas informações sobre as práticas contábeis não explicitadas nas outras demonstrações, mas que impactam a análise da situação econômica e financeira da organização. Evidenciando quais os critérios utilizados na apuração das receitas e despesas relacionadas à contribuição, doações e aplicação de recursos. Comparando o custo e o valor reconhecido, quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Já no BP, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser adotadas como receita no resultado do exercício, sendo mensuradas mensalmente, bem como respeitando o regime contábil de competência (CFC, 2008).

Assim, com a elaboração das demonstrações contábeis, essas entidades podem atender as exigências dos seus agentes doadores, como também obter dados importantes que auxiliem no processo decisório e na melhor aplicação dos recursos. Dessa forma, os gestores dessas organizações devem buscar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos com a intenção de obter resultados positivos que determinem a manutenção dos negócios e a realização da missão (ARAÚJO, 2009).



Diante do exposto, entende-se que o objetivo de se utilizar as práticas contábeis em organizações do Terceiro Setor, está em promover a transparência do repasse de recursos oriundos de doações, contribuições, entre outros. Buscando mensurar quais os valores dos benefícios, quais os números de atendimentos e de bolsistas, através de valores e percentuais representativos. Já que os benefícios gerados por meio dos seus serviços prestados exigem prestações de contas que mostrem claramente como os recursos foram aplicados no meio social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor surgiu da necessidade de se ajudar o Estado a atender as deficiências sociais e promover bens e serviços de caráter público. Dessa forma, esse setor tem se desenvolvido nas últimas décadas, sendo representado por associações, organizações filantrópicas, ONGs, fundações privadas, organizações sociais, bem como pelas OSCIPs.

Assim, esta pesquisa apresentou um estudo sobre as organizações do Terceiro Setor, dando destaque à importância da informação contábil nessas entidades. Através da construção do referencial teórico, verificou-se as dificuldades a serem superadas pelas entidades no Brasil, relacionadas ao aumento de parcerias e a captação de recursos financeiros para a realização de suas atividades. Com isso, existiu a necessidade de se praticar a contabilidade dentro dessas entidades, pois só assim possibilitará uma boa gestão e a garantia de uma transparência na prestação de contas.

Nesse contexto, essa pesquisa teve como objetivo geral o de analisar as práticas de contabilidade aplicadas ao Terceiro Setor em uma determinada entidade sem fins lucrativos da Cidade de Patos. Entende-se que, com relação a entidades desse porte, que a elaboração e a divulgação de seus demonstrativos contábeis, possibilitam a aquisição da sustentabilidade das mesmas, facilitando a conquista de novos doadores, ou seja, de pessoas ou empresas interessadas em investir nas atividades da entidade.

Diante desses fatos, a pesquisa respondeu a seus objetivos, entre eles, o de descrever o perfil da entidade pesquisada. Verificando na análise que a organização foi constituída como sociedade civil, na categoria de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possuindo 8 anos de existência. Atuando com projetos nas áreas sociais, sendo destinado a atividades municipal, estadual e regional. Com mais de 500 pessoas que se beneficiam de seus serviços prestados.

A organização possui um orçamento anual acima de quinhentos mil de reais. Com a disponibilidade de recursos condicionada as exigências provenientes do financiador, fato este que afeta o funcionamento da mesma, alterando as áreas de planejamento, organização, direção e controle. Quanto às fontes de recursos, identificou-se que são oriundos de parcerias, receitas próprias, doações de indivíduos e de empresas.

Com relação aos números de funcionários e/ou voluntários, verificou-se que existem de voluntários eventuais e funcionários temporários e/ou estagiários. O gestor afirma que não tem dificuldades em mobilizar bons profissionais dentro da empresa. Mas, que tem dificuldades em fidelizar com seus investidores, doadores e/ou parceiros, pela escassez dos mesmos.

Outro objetivo alcançado foi com relação às práticas de contabilidade utilizadas pela entidades em análise, identificou-se que a organização elabora a o Balanço Patrimonial (BP), o Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), Relatórios da Administração (RA) e as Notas Explicativas (NE). Deixando de evidenciar o Balanço Social (BS), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). O gestor menciona que as demonstrações são elaboradas anualmente e, que não são auditados os seus Demonstrativos Contábeis.

Verificou-se como é realizada a prestação de contas dessa entidade, sendo realizada para diversos públicos, entre eles: as pessoas físicas que são representadas pelos associados, doadores, entre outras; as empresas privadas; ao poder público Municipal, Estadual e Federal; bem como aos bancos parceiros, ou seja, as instituições financeiras.

Observa-se ainda que a organização realiza sua prestação conta baseada nas Demonstrações Contábeis, já que as mesmas são elaboradas conforme o potencial de cada doador. Buscando evidenciar as informações relacionadas à como seus recursos estão sendo aplicados. Assim, a elaboração do BL, DRE, NE são direcionados a prestação de contas com o Governo bem como a seus doadores, acrescentado a estes últimos, informações sobre seus orçamentos e sobre suas atividades, através do Relatório das Atividades (RAT). Na prestação de contas direcionadas as agencias de financiamentos é elaborado o BP, DRE e RAT.

No entanto, a prestação de contas é vista pela organização como uma exigência do governo, ou de outro tipo de financiador ou doador. Mas que serve como facilitador na gestão da entidade, bem como por oferecer transparência nas atividades realizadas.

Foi identificado também a existência da evidenciação das Informações Contábeis geradas pela, verificando nos resultados obtidos que os demonstrativos contábeis só são publicados pra os agentes financiadores da entidade, e são divulgadas para a sociedade de um modo geral.

Diante desse contexto, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: Quais são as práticas de contabilidade utilizadas nas organizações do Terceiro Setor situadas na cidade de Patos-PB? Compreendendo que as atividades contábeis são elaboradas e aplicadas sobre os recursos recebidos de doações e de investimentos em ações sociais. Assim, a empresa possui uma prática contábil anualmente, de forma a contribuir positivamente, através de dados úteis, sobre os investimentos dos recursos disponíveis. Evitando, com isso, uma gestão ineficiente desses recursos, como também a descontinuidade da organização. Mas, sempre mensurando suas informações em conformidade com as necessidades de seus agentes financiadores, nem como de suas atividades.

De modo geral, esse resultado mostra que a contabilidade possui ferramentas fundamentais para a tomada de decisão, auxiliando ainda no processo de transparência desta entidade. Já que através da prestação de contas dos recursos que utilizam, a entidade consegue atender aos interesses dos financiadores e garantir o desenvolvimento de suas atividades por meio de projetos sociais.

No entanto, torna-se necessário que essa organização publique seus demonstrativos contábeis para toda a sociedade, e só para os seus financiadores. No intuito de aumentar sua transparência e de conquistar novos agentes doadores. Pois só assim, conquistará uma maior credibilidade por parte da sociedade e dos demais órgãos financiadores interessados, garantindo assim, a continuidade de suas atividades.

Sugere-se a aplicação de estudo similar junto a outras entidades do terceiro setor que possuem fortes características comunitárias e de voluntarismo, como também em organizações não governamentais de defesa do meio ambiente, por exemplo. Possibilitando comparar os resultados obtidos e, com isso, contribuir para o desenvolvimento das mesmas, já que através de estudos como esse, será possível encontrar os pontos fortes e fracos dessas entidades.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo; Atlas, 2009.

AZEVEDO, Tânia Cristina, *et al.* Recursos Públicos Recebidos por Organizações do Terceiro Setor no Município de Feira de Santana: um estudo das prestações de contas aos agentes governamentais. 2008. Disponível em: [http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos\\_1/283.pdf](http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/283.pdf). Acesso em: 30/08/2013.

BETTIOL, Junior Alcides. **Formação e Destinação do Resultado em Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso**. São Paulo, 2005. 116p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08062005-100309/publico/DissertacaoMestrado.pdf>. Acesso em: 29 de jan de 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/decretolei9295.htm>. Acesso em: 06/02/2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 06/02/2013.

CARDOSO, Klauber Guedes; LIMA, Márcio Jonilson Sousa de. **Classificação Contábil dos Convênios no Balanço Patrimonial das Entidades do Terceiro Setor**. Revista brasileira de contabilidade, Brasília. Ano 32, nº 139, pág. 33- 43, jan/Fev 2003.

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAFF. **Terceiro Setor**: Fundações e Entidades de Interesse Social. Coleção do Aveso ao Direito. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria-Geral de Justiça. Vitória: CEAFF, 2004. Disponível em: <http://www.mpes.gov.br>. Acesso em: 20/08/2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. 2 Ed. São Paulo Senac:2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2 ed. reimpr. Brasília: CFC, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.409, Brasília, 21 de setembro de 2012. **Aprova a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Revoga as Resoluções CFC n.ºs 837/99, 838/99, 852/99, 926/01 e 966/03, publicadas no D.O.U., Seção I, de 2/3/99, 2/3/99, 25/8/99, 20/4/00, 3/1/02 e 4/6/03, respectivamente**. Disponível em: <http://www.fundacoes.caop.mp.pr.gov.br>. Acesso em: 08/02/2013.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; SOUZA, Antonio Carlos; OTANI, Nilo, **TCC Métodos Técnicas**. Florianópolis. Visual Books, 2007.

FRANCO, Hilario. **A Contabilidade na era da Globalização**. São Paulo: Atlas 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Laryssa Santana. **Orçamento como Ferramenta de Gestão de Recursos Financeiros no Terceiro Setor: um estudo nas OSCIP do semiárido da Paraíba**. Monografia apresentado no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa, como requisito para o Título de Bacharel. 2008. Disponível em: [http://www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias\\_uacc/](http://www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias_uacc/). Acesso em: 06/02/2013.

LISBOA, A. de M. Terceiro setor. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social**. Curitiba: Juruá, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Orleans Silva. Terceiro setor – aspectos tributários e incentivos fiscais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXXV, n. 160, p.27-37, jul./ago. 2006.

MARTINS, Plabo Franco, et al. **A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco**. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011.

MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.1, p.79-88, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.unifae.br>. Acesso em: 30/08/2013.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma Investigação sobre a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor Brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro setor)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, Cleberson Luiz Santos de. **Avaliação e Mensuração do Retorno Social nas Organizações sem Fins Lucrativos**: Estudo de Caso aplicando a Metodologia SROI. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Mestrado Profissional em Administração. Pedro Leopoldo – MG, 2009.

ROCHA, Gheysa Karelinne de Sousa. **Contabilidade como Instrumento de Gestão para Entidades do Terceiro Setor**: um estudo de caso do CEMAR na cidade de Pombal – PB. Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2008. Disponível em: <http://www.ccjs.ufcg.edu.br/>. Acesso em: 30/08/2013.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas S/A. – 2007.

SILVA, Elizete Rodrigues Pereira da, *et al.* **A Contabilidade no Terceiro Setor**. 2008. Disponível em: [www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329](http://www.faminasbh.edu.br/parlatorium/baixar.php?id=329). Acesso em: 28/03/2013.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro**: uma perspectiva histórica. Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 44(6):1301-25, NOV./DEZ. 2010

SOUZA, Antônio Carlos de. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

VILANOVA, Regina Célia nascimento. **Contribuição a Elaboração de um Modelo de Apuração de Resultado aplicado as Organizações do Terceiro Setor: Uma abordagem da Gestão Econômica**. Dissertação (mestrado), faculdade de economia, Administração e contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004. 167p.

## APENDICES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais  
Campus de Sousa  
Coordenação Administrativa da UACC  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis



### Carta de Apresentação do Questionário

Sousa, Março de 2013.

Prezado(a) Senhor(a),

Um dos maiores desafios das organizações ambientalistas no Brasil é a sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Com a finalidade de vencer esse desafio, as organizações sem fins lucrativos têm buscado, ao longo dos últimos anos, alternativas de geração de renda e diversificação de fontes de recursos.

Sensibilizada por essa problemática a aluna Marcia Jéssyca, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, está desenvolvendo sua monografia na área de Terceiro Setor, tendo como tema da referida pesquisa para elaboração do Trabalho Monográfico **“AS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE APLICADA NO TERCEIRO SETOR: Um estudo em uma entidade sem fins lucrativos na cidade de Patos-PB”**.

Para tanto, contamos com as informações da sua organização no questionário anexo. Tais informações não serão divulgadas isoladamente, apenas integrarão dados estatísticos para melhor avaliar o contexto atual da mobilização de recursos. Este questionário será aplicado como uma das etapas da pesquisa de campo da Monografia. Com base no referencial teórico e nas informações prestadas por Vossa Senhoria, pretendemos propor uma metodologia que contribua para o acesso aos recursos disponibilizados pelas organizações.

Na qualidade de orientadora da aluna acima citada e, também, de Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, peço a especial gentileza de responder ao questionário de pesquisa.

Agradecemos antecipadamente por sua atenção, colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

**Marcia Jéssyca**

E-mail:

Celular:

**Lúcia Silva Albuquerque ( Orientadora)**

E-mail: [luciasalbuquerque@gmail.com](mailto:luciasalbuquerque@gmail.com) [luciasalbuquerque@ccjs.ufcg.edu.br](mailto:luciasalbuquerque@ccjs.ufcg.edu.br)

Tel; (83) 3521 3234



**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****1- DADOS DA ORGANIZAÇÃO**

CNPJ:	07.406.882/0001-39		
Nome da Organização	Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito		
Endereço	Av. Solon de Lucena, 38 - Centro		
Cidade	Patos		
Telefone	(83) 3421-4000		
E-mail	Brenoaraujo@institutoestrela.org.br	UFPB	CEP 58700-004
Web site	www.Institutoestrela.org.br	Fax	
Ano da Fundação	2005		
Tempo de Atuação no 3º Setor	8 anos		
Cargo Máximo na Instituição	Presidente		

**1.1 Sua constituição jurídica é:**

- Fundação  
 Associação  
 Sociedade Civil

**1.2 Que tipo de registro, título, qualificação, conselho ou declaração ela possui: (Preencha todos que se aplicarem.)**

- Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA  
 Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP  
 Organização Social - OS  
 Utilidade Pública Federal  
 Utilidade Pública Estadual  
 Utilidade Pública Municipal  
 Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA  
 Outros Especificar \_\_\_\_\_

**1.3 Âmbito de atuação dos programas/projetos sociais**

ITEM	SIM	NÃO
Municipal	x	
Estadual	x	
Regional	x	
Nacional		x
Internacional		x

**1.4 Número de beneficiários diretos da organização**

- Até 100 pessoas  
 Acima de 100 até 300 pessoas  
 Acima de 300 até 500 pessoas  
 Acima de 500 pessoas

**1.5 Faixa orçamentária anual da organização**

- Até R\$ 50.000,00

- ( ) Acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00  
 ( ) Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 300.000,00  
 ( ) Acima de R\$ 300.000,00 até R\$ 500.000,00  
 (x) **Acima de R\$ 500.000,00**

**1.6 Qual a porcentagem média da composição das fontes de recursos financeiros da sua organização, em 2012?**

(preencha todos que se aplicarem)

	% Governo
	% Receitas próprias (vendas de produtos, prestação de serviços, aluguel de imóvel)
	% Doação de indivíduos
	% Doação de empresas privadas
	% Fontes Internaciona
	% Outras. Especifique:
100	% Total dos Recursos Financeiros

**1.7 A disponibilidade de recursos está condicionada as exigências provenientes do financiador?**

- (x) Sim ( ) Não

**1.8 Essas exigências afetam o funcionamento da organização?**

- (x) Sim ( ) Não

**1.9 Caso a questão anterior seja afirmativa, quais áreas?**

- (x) Planejamento  
 (x) Organização  
 (x) Direção  
 (x) Controle  
 ( ) **Outra. Especificar** \_\_\_\_\_

**1.10 Quais os tipos de fontes de recursos que a entidade utiliza?**

ITEM	SIM	NÃO
Termo de Parcerias	x	
Convênio		x
Contrato Administrativo		x
Receitas Próprias	x	
Doação de indivíduos	x	
Campanhas Educativas		x
Doação de empresas privadas	x	
Fontes Internacionais	x	

Outras. Especificar \_\_\_\_\_

**1.11 Qual o número de funcionários e/ou voluntários?**

Voluntários fixos: 0  
 Voluntários eventuais: 5  
 Funcionários efetivos: 30  
 Funcionários temporários e/ou estagiários: 0

**1.12 Sua organização tem dificuldades em mobilizar bons profissionais?**

- ( ) Sim (x) Não

**1.13 Se a resposta da questão anterior foi sim, qual é o principal motivo disto?**

- ( ) Falta de vantagens para oferecer ao profissional  
 ( ) Ausência no próprio mercado  
 ( ) Eles preferirem trabalhar nos demais setores  
 ( ) Os demais setores oferecerem mais atrativos

**1.14 Sua organização tem dificuldades em fidelizar seus investidores, doadores e/ou parceiros?**

(x) Sim ( ) Não

**1.15 Se a resposta da questão anterior foi sim, qual é o principal motivo disto?**

- (x) Escassez de parceiros, doadores, investidores  
 ( ) Alta concorrência por recursos das entidades sem fins lucrativos  
 ( ) Falta de interesse pelos colaboradores  
 ( ) Deficiência da sua própria instituição

**1.16 Como a utilização de recursos é controlada? (Assinale as opções que julgar necessárias.)**

ITEM	SIM	NÃO
Prestação de contas	x	
Auditoria interna		x
Auditoria externa contratada	x	
Auditoria internacional		x

**Outra. Especificar:** \_\_\_\_\_

**2- DADOS DO RESPONDENTE**

**2.1 Qual a sua função na Organização?**

- ( ) Presidente  
 ( ) Administrador  
 ( ) Integrante do conselho  
 ( ) Contador  
 (x) Outro especificar Diretor Financeiro

**2.2 Há quanto exerce essa função na entidade sem fins lucrativos?**

- ( ) até 12 meses  
 (x) de 13 meses a 24 meses  
 ( ) de 25 meses a 36 meses  
 ( ) de 37 meses a 60 meses  
 ( ) mais de 61 meses

**2.3 Qual sua idade?**

29 anos

**2.4 Sexo:**

- ( ) Feminino (x) Masculino

**2.5 Há quanto tempo trabalha no Terceiro Setor?**

- ( ) até 12 meses  
 ( ) de 13 meses a 24 meses  
 (x) de 25 meses a 36 meses  
 ( ) de 37 meses a 60 meses  
 ( ) mais de 61 meses

**2.6 Nível de escolaridade:**

- ( ) 1º grau (Ensino Fundamental)  
 ( ) 2º grau (Ensino Médio)  
 ( ) Ensino Superior Incompleto  
 (x) Ensino Superior Completo. Qual curso Superior Ciências Contábeis  
 ( ) Outros Especificar \_\_\_\_\_

**3. INFORMAÇÕES QUANTO A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**3.1 A entidade presta contas dos recursos recebidos e/gerados?**

( ) Sim ( ) Não

**3.2 Para qual público ocorre a prestação de contas?**

ITEM	SIM	NÃO
Pessoas Físicas (associados, doadores, etc)	x	
Empresas Privadas	x	
Fundações Nacionais		x
Fundações Internacionais		x
Igrejas		x
Poder Público Municipal, Estadual, Federal	x	
Cidadãos, famílias beneficiárias		x

Outro. Especificar Bancos Parceiros

### 3.3 Como a organização vê a prestação de contas?

ITEM	SIM	NÃO
Um atrativo para novos colaboradores		x
Uma exigência do governo, ou de outro tipo de financiador, ou doador	x	
Facilitador na gestão da organização	x	
Transparência nas atividades realizadas	x	

### 3.4 Agentes financiadores da instituição são mais exigentes em relação à “prestação de contas” dos recursos investidos?

ITEM	Muito exigente	Exigente	Indiferente	Pouco exigente	Não é exigente
Governo	x	-	-	-	-
Empresas Privadas	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	x	--	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	--	-	-
Doadores	x	-	-	-	-

### 3.4 Quais aspectos são considerados mais importantes pelos “agentes financiadores” na prestação de contas da sua entidade?

ITEM	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Não é importante
Número de beneficiados atingidos pelos programas	x	-	-	-	-
Desempenho operacional na execução dos programas (realização das atividades)	-	x	-	-	-
Desempenho financeiro na execução dos programas (custos/despesas incorridas nos programas)	x	-	-	-	-

## 4. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

### 4.1 Quais demonstrações contábeis a organização faz?

ITEM	SIM	NÃO
Balanço Patrimonial	x	
Balanço Social		x
Demonstração de Resultados	x	
Demonstração de Fluxo de Caixa		x
Relatórios da Administração	x	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		x
Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis	x	

**4.2 Sua organização possui Demonstrações Contábeis auditadas?**

Sim ( ) Não ( x )

**4.3 Para quem a Organização presta contas e que tipo de prestação de conta, baseada em Demonstrações Contábeis, elabora para cada um deles?**

	BP	DRE	DMPL	NE	BS	DVA	RAT	DFC	ORC
Governo	x	x	-	x	-	-	-	-	-
Agências de Financiamento	x	x	-	-	-	-	x	-	-
Doadores	x	x	-	x	-	-	x	-	x
Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Balanço Patrimonial (BP) – Demonstração do Superávit ou Déficit do Período (DRE) – Demonstração das Origens e Aplicações de recursos (DOAR) – Relatório de Atividades (RAT) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Balanço Social (BS) – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPL) – Notas Explicativas (NE) – Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC – Orçamento (ORC)*

**4.4 Com que frequência são preparadas as informações contábeis ?**

- ( ) Mensalmente  
 ( ) Trimestralmente  
 ( ) Semestralmente  
 (x) Anualmente  
 ( ) Não existe regularidade na apresentação das informações contábeis.

**4.5 A organização divulga demonstrações contábeis?**

( ) Sim (x) Não

**4.6 Quais demonstrações são divulgadas ao público?**

ITEM	SIM	NÃO
Balanço Patrimonial		X
Balanço Social		X
Demonstração de Resultados		X
Demonstração de Fluxo de Caixa		X
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos		X
Relatórios da Administração		X
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		X
Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis		X

**4.7 Qual a mídia mais utilizada? (assinale todos que se aplicarem)**

Rádio ( ) Jornal ( ) TV ( ) ( ) Internet ( ) Outra.Qual? \_\_\_\_\_

**4.8 Ao captar recursos, as informações contábeis compõem a estrutura básica de apresentação ao potencialdoador?**

(x) Sim ( ) Não

**4.9 Caso a alternativa anterior seja sim, quais são os relatórios contábeis utilizados?** Indique também qual a importância destes Demonstrativos para sua Organização na Captação de Recursos (numa escala de 1 à 5).

**Use a seguinte escala: 01 – Não é importante; 02 – Pouco Importante ; 03 - Indiferente; 04 - Importante; 05 – Muito importante.**

Demonstrações Contábeis	UTILIZA	GRAU DE IMPORTÂNCIA				
		01	02	03	04	05
Balanço Patrimonial	Sim (x) Não ( )	01	02	03	04	05
Demonstração do Superávit ou Déficit do Período	Sim (x) Não ( )	01	02	03	04	05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Sim ( ) Não (x)	01	02	03	04	05
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	Sim ( ) Não (x)	01	02	03	04	05
Notas explicativas das demonstrações contábeis	Sim (x) Não ( )	01	02	03	04	05
Demonstração do Fluxo de Caixa	Sim ( ) Não (x)	01	02	03	04	05
Balanço Social	Sim ( ) Não (x)	01	02	03	04	05
Demonstração do Valor Adicionado	Sim ( ) Não (x)	01	02	03	04	05